

Pensar os pse: como escapar dos universais estado e vulnerabilidade?

Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer¹

Arisson Vinícius Landgraf Gonçalves²

Resumo: Neste trabalho partimos da proliferação dos projetos sociais esportivos – PSE, no Brasil, como acontecimento. Algo arranjado a partir de ativações que tomamos por universais: especificamente, o Estado e a vulnerabilidade. Pensar este acontecimento sem se deixar conduzir por tais universais é o objetivo deste empreendimento. A base empírica utilizada para isto é retirada de duas teses de doutorado, uma concluída e outra em andamento. Ambas se dedicam ao tema projetos sociais esportivos. A utilização de um referencial teórico que, de uma parte, se dedica a uma análise microfísica e ascendente das relações de poder e governo e, de outra, confere ênfase à função da linguagem na produção daquilo sobre o que se fala, são condição para que se possa desconfiar das intenções que são colocadas em funcionamento quando tais projetos, ativados por universais como estes, são propostos. Pensá-los sempre a partir de suas relações com o Estado tem sido uma constante nas abordagens publicadas. Tomar a vulnerabilidade de cada indivíduo e o que se nomeia vulnerabilidade social parece ser condição para que se pense tais projetos. Tentamos abordá-los de outro modo, a partir de seus funcionamentos, estratégias, mecanismos, mesmo quando ainda são apenas projetos, para que não fiquemos reféns dos universais e insatisfeitos com nosso próprio pensamento.

Introdução

O material aqui apresentado decorre de estudos que vem ocorrendo em torno da proliferação de projetos sociais esportivos – PSE na cidade do Rio Grande-RS. Tal proliferação não é prerrogativa desta cidade, mas tem acontecido por todo Brasil constituindo-se como políticas públicas, especialmente, para as áreas da educação, segurança e esportes.

Em termos metodológicos estes estudos partiram do objetivo de mapear tais projetos na cidade tratando-os no nível documental que os coloca em funcionamento. Neste sentido, tratamos aqui da operação e resultados de duas teses de doutoramento, uma concluída e outra

1 Doutor em Educação e Ciências, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande - FURG – felipao.rg@hotmail.com.

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ciências, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Bolsista CAPES – arissonvivniccius@yahoo.com.br.

em desenvolvimento, desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: química da vida e saúde/FURG, que se desdobraram sobre a construção de tal mapa.

Mas também não era de um mapa como estamos acostumados a lidar por aí de que se tratava; mas de uma operação cartográfica³. Um dos objetivos de todo este empreendimento foi/é mapear os PSE em funcionamento na cidade do Rio Grande num período determinado⁴; mas o próprio mapeamento assumiu uma dimensão diferente do esperado. Ao nos colocarmos a mapear, surgiram, a nossa frente, demandas sobre noções tomadas como certezas, sem que se tenha ao menos perguntado se sempre foram assim, se são assim mesmo ou se não podem ser diferentes do que são. Hipóteses saltam, explodem, invertendo os caminhos do pensamento. Demandas que nos levam ao inusitado, ao paradoxal. Paradoxal porque pode comportar vários ao mesmo tempo, mas nunca uma totalidade. Certa operação cartográfica foi tornando isto tudo possível.

Mas tem também a questão da forma. Este é um empreendimento acadêmico e, neste tipo de exercício, temos lutas a travar. Nem tudo é aceito. Existem lá suas regras. Corre-se o risco de não se chegar a lugar algum e, com isto, não nos referimos que seja possível encontrar um fim. A cartografia ajuda bastante no método, na metodologia, pelo que ela aponta de abertura, mas não dá para depois enquadrar tudo no pensamento único, na escrita regulada, reformatar a escrita e o pensamento para torná-los válidos, porque, ao cartografar, já se está escrevendo e pensando, pensando e escrevendo. Só nos restava, logo de início, o ensaio. Ensaiar, artistar, tentar pensar de outro modo nosso próprio pensamento. Logo o ensaio, tão mal visto pela academia!

A decisão sobre ensaiar foi consequência do que chamamos de um convite feito por Larrosa (2003, 2004), em alguns de seus textos, quando nos sentimos convidados a ensaiar. Ou melhor, convidados a ensaiar-se. Esta é nossa definição de ensaio para este texto: modos de pensar e escrever sobre um acontecimento; ensaiar o próprio pensamento; ensaio sobre si mesmo, por isto, ensaiar-se. Debruçar-se sobre o pensado em busca do impensável. Sucinta definição que está mais ao lado de uma atitude do que de uma modalidade ou formato de pensamento e escrita. Então, ao mapear, ensaiava-se o próprio mapeamento.

³ Adjetivo tomado mais como perspectiva e atitude diante do tema de pesquisa e não como metodologia. No texto *Mapeando os projetos sociais esportivos a partir de uma cartografia rizomática*, que compõe uma destas teses, registra o solo teórico que possibilitou qualificar o mapeamento como cartográfico.

⁴ Durante os estudos de doutoramento, entre 2008 e 2014.

Sobre mapear – a operação cartográfica

De onde partimos, para onde fomos levados? De pontos geográficos onde “funcionam” os projetos mapeados, para planos que contêm linhas intensas e conexões dispersas; vários planos e, pior, não existe um método formulado para me dizer se estamos no caminho certo. Uma operação que não equivale a um método. É claro que implica em método no sentido de hódos-metá⁵, mas não tem um que lhe seja equivalente, referente. O percurso cartográfico, depois de iniciado, está quase à deriva. Somos passageiros no barco que dirigimos. Mas sentimos, em alguns momentos, que, às vezes, não tem problema ser passageiro no barco, que não cabe somente a nós, neste sentido, capitaneá-lo. Assim, em termos de método, a cartografia é, neste texto, uma atitude à qual corresponde uma operação, mas nunca uma totalidade cartografada; por isto, nomear tal operação de mapeamento cartográfico parece-nos apropriado. Ao abdicar de nomear este empreendimento como cartografia, tentamos escapar de qualquer pretensão de totalidade sobre a coisa mapeada e, se mantemos o cartográfico no mapeamento, é apenas para adjetivá-lo e afirmar que não é de qualquer mapeamento que se trata.

PSE: tema, problema, acontecimento

Nesta operação, trabalhamos com a hipótese de que os projetos sociais, especificamente os PSE, são propostos e se estabelecem implicados na regulação e gestão de determinadas populações. O tema PSE, desde o início, é tomado como estratégia de governo, seja quando é proposto pelo Estado, como recurso governamental, seja quando parte da sociedade para minimizar situações consideradas de vulnerabilidade social ou risco a que a própria sociedade e os indivíduos se encontram submetidos/implicados/expostos. Assim, o objetivo central deste estudo está focado em pensar a proliferação dos PSE na cidade do Rio Grande-RS, especialmente em suas implicações estratégicas presentes em suas proposições (editais e projetos). A isto nos referimos em termos de funcionamentos.

O que é, porém um PSE? Diferentes definições de projetos sociais podem ser elencadas, mas não assumimos, a princípio, nenhuma delas, já que o manuseio dos documentos parece nos indicar que temos “de tudo um pouco”.

⁵ Ao defender que “toda pesquisa é intervenção”, Passos e Barros (2010, p. 17) afirmam que “a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa. O desafio é o de realizar uma reversão de sentido tradicional de método – não mais um caminhar pra alcançar metas pré- fixadas (metá-hódos), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas. A reversão, então, afirma um hódos-metá.”

O foco das teses citadas não está localizado na definição do que tem sido mesmo cada um desses projetos, mas sim no problema da proliferação dos mesmos, ou pelo menos o que tem sido a opção inflacionária de uso deles como estratégia para fins diversos. Neste sentido, o problema não está relacionado com algo que se manifesta na sociedade ou a partir da sociedade ao qual nos dedicaríamos a tentar resolver; neste rol, entram os problemas sociais e algumas das condições tomadas por “questões sociais”. O problema aqui tem outro sentido. Está implicado em pensarmos se as coisas não podem ser de outras maneiras pensadas e se, naquela região do pensamento onde não parecem caber dúvidas, justamente aí, não haverá espaço para o impensável. O impensável apresenta-se desta maneira como o outro da certeza, a que não raras vezes desemboca para uma arrogância nem sempre fácil de destituir. É o caso desses projetos sociais, nos quais aparecem precisões/certezas sobre “quem precisa do quê” para melhorar a situação em que se encontra. A vulnerabilidade, em uma das teses; os vulneráveis, em outra, tornam-se, então, objetos de estudo e, assim, de ação. “Estudar”, “conhecer”, “definir” a vulnerabilidade, neste sentido, não é o mesmo que estudar os vulneráveis. Pelo contrário, o discurso e o conhecimento da vulnerabilidade fabricam os vulneráveis e contêm uma ambição considerável de colocar sob seu mando estados, situações, condições completamente heterogêneas de vida.

Estudar o tema dos PSE não se constitui, a princípio, uma novidade no Brasil, uma vez que autores como Zaluar (1994), Melo (2005), Gonçalves (2003), Guedes (2006), Thomassim (2010) e Thomassim e Stigger (2009), já o abordaram a partir de diferentes perspectivas. O que neste texto anunciamos como novidade está vinculado com uma hipótese anunciada anteriormente e aqui ampliada. Tomar esses projetos como implicados com a gestão e regulação das populações, como estratégia de governo, como mecanismo, significa concentrar-se na vida, na vida do corpo individual e na vida do corpo da população ao mesmo tempo. Contemporaneamente, não é apenas o indivíduo o alvo do governo, mas sim a vida. Logo, ainda que a maioria dos projetos que se dizem “sociais”⁶ dirijam-se às crianças e adolescentes considerados em situação ou estado de risco ou vulnerabilidade social, ampliamos a hipótese, pensando essa vulnerabilidade em termos de paradoxo, quando suspeitamos que esses projetos se colocam na situação de produzirem não só a noção, mas a própria vulnerabilização⁷ dos indivíduos a que dirigem suas práticas.

⁶ O tema “social” dos projetos sociais aparecerá ao longo da tese compondo diferentes problematizações. Anuncio que usarei amplamente esta grafia dada à desconfiança que mantenho ao emprego desta expressão pelos projetos “sociais”.

Sendo assim, indicamos qual é o objeto comum destas teses. Afinal, não é de qualquer projeto social que esta tratará, mas sim dos PSE. Tratamos de analisar os projetos sociais dirigidos ou em funcionamento na cidade do Rio Grande-RS que tenham por público alvo de suas intervenções as crianças ou adolescentes considerados em situação de risco ou vulnerabilidade social e que proponham o uso dos esportes como meio para atingir seus objetivos. Por vulnerabilidade social⁸ consideramos o estado ou “situação de pobreza ou de privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, entre outros), ou mesmo que tenham fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminação etária, étnica, de gênero ou por deficiência, entre outras)”, atribuído a determinadas parcelas da população pelos projetos, programas, editais de financiamento de projetos etc. Como suspeitamos que intervenções como os PSE não são apenas dirigidos a essas parcelas da população, mas implicados na sua constituição, tomo a expressão “vulnerabilidade” no que ela pode significar de delimitador do presente estudo e não como assumindo que exista uma situação vulnerável, em que indivíduos estejam à espera de ser interpelados.

Introduzir a temática e a problematização do acontecimento “projetos sociais esportivos” significa, também, assumir determinada perspectiva de abordagem, reconhecendo que a mesma já estava em operação produzindo o tema, fabricando o problema, definindo os acontecimentos. De que perspectiva se trata? Da perspectiva foucaultiana de problematização dos acontecimentos. Isto não quer dizer que esta operação empreende uma análise genealógica dos projetos sociais, mas que só foi possível pensar esses projetos em seus mecanismos estratégicos, dedicar-se aos seus funcionamentos, através da operação de construção do tema já impregnado pelos estudos do filósofo, professor e historiador Michel Foucault.

A perspectiva foucaultiana estabelece um modo de olhar analítico que não pode e não deve ser tomado como um método, considerando que Foucault insistentemente indicou que não o usassem como teoria ou como método⁹, mas como “caixa de ferramentas”¹⁰. Por mais que algumas de suas ferramentas possam ter sido extraviadas, entortadas, deformadas por alguns usos e citações forçadas, insistimos em usá-lo desta maneira, em segui-lo no modo de

7 Este tema encontra-se indicado, inicialmente, em Hecktheuer, Silva e Silva (2009).

8 Silva (2008) pesquisou e descreveu genealógicamente como são nomeados e produzidos discursivamente sujeitos vulneráveis, apoiada nessa concepção de vulnerabilidade social formulada pelo SUAS – Resolução nº 130/2005.

olhar, por mais que este modo possa ser único e só dele. Assumimos tal atitude com a preocupação de não danificar/desbeijar nenhuma das ferramentas de sua oficina¹¹ por “mau uso”, tentando, quando necessário, fabricar outras; por exemplo, para executar cortes distintos, ou cortar diferentes objetos daqueles que o filósofo já manuseou. Isto significa assumir as relações que possamos estabelecer entre “o que” e “como” é possível pensar neste momento, ou melhor, como conseguimos pensar o próprio pensamento ou o pensamento desta época. Ainda que Foucault reivindique que não o sigam (POL-DROIT, 2006), o filósofo prestou tributo a Jean Hipollity pelo que este havia produzido em seu pensamento.

É porque tomei dele, sem dúvida, o sentido e a possibilidade de que faço, é porque muitas vezes ele me esclareceu quando eu andava às cegas, que eu quis situar meu trabalho sob seu signo e terminar, evocando-o, a apresentação de meus projetos. É em sua direção, em direção a essa falta – em que experimento ao mesmo tempo sua ausência e minha própria carência – que se cruzam as questões que me coloco agora. (FOUCAULT, 1996, p. 78-79)

Seguir Foucault é “situar nosso trabalho sob seu signo e terminar, evocando-o”, por que seus modos de operar as questões que coloca ao produzir seus objetos e as outras que se colocam em termos de método fornecem-nos lições dignas de um grande professor.

Lições de método em Michel Foucault: crítica aos universais, relações estratégicas e paradoxos.

Que tipo de implicação pode haver entre o que anunciamos como lições “proferidas” pelo filósofo/professor e o tema/problema deste texto? Nesta parte do texto, abordamos algumas implicações metodológicas decorrentes das leituras que temos feito do filósofo e

9 Pelo menos, não no sentido *hard* que Veiga-Neto (2009) atribui à teoria e método. “É porque se descartou da noção de sujeito fundante, núcleo e origem do cogito, que Foucault tece necessariamente de se descartar do conceito cartesiano de método. Então, já de início, o filósofo rompe com o sentido canônico moderno de método” (p.89).

10 Félix Guattari reivindica ser sua essa assertiva, que teria sido retomada por Michel Foucault. Guattari (2007, p. 33) propõe, em termos de provocação, “que os conceitos não eram, no fim das contas, senão ferramentas, e as teorias o equivalente de caixas contendo-as – sua potência não podendo exceder os serviços que prestavam em campos delimitados, por ocasião de sequências históricas inevitavelmente limitadas”.

11 Veiga-Neto (2006), ao referir-se à oficina de Foucault, amplia a noção de “caixa de ferramentas”, aproximando-a de outra: o uso de suas análises como “fogos de artifício”. Veiga-Neto faz isto quando se propõe a usar as ferramentas foucaultianas nos seguintes termos: “experimentar mais liberdade na visita que volto a fazer à oficina de trabalho de Foucault” (p.80).

historiador¹² Michel Foucault, relacionadas aos modos de pensar os projetos sociais, vinculados ao uso do esporte¹³, como estratégia para atingir determinados fins. Numa adequação à própria perspectiva foucaultiana, seria melhor, desde o início, referir-se a “questões de método” no lugar de tomar o movimento do seu pensamento, de suas operações analíticas, como uma metodologia.

Assim, é dos movimentos do pensamento que viemos experimentando o que aqui se trata e, por precaução, assumimos que talvez se trate objetivamente de um jeito ou estilo de análise, inspirado nas “questões de método” assinaladas por Foucault. Abordamos os projetos sociais a partir de três questões que Foucault desenvolveu: a da crítica aos universais autoexplicativos, que o autor desenvolve em *Nascimento da Biopolítica* (FOUCAULT, 2008a); das relações estratégicas que o autor explica no apêndice *O sujeito e o poder*, do livro de Dreyfus e Rabinow (1995); e do uso que fez do paradoxo como chave para pensar, frequentemente demonstrada nos cursos que lecionou no *Collège de France*.

Ao problematizar os projetos sociais deparamo-nos, logo de início, com outros temas que buscam explicar por si a necessidade e providência desses projetos, passando pela maneira pacífica como neles está identificado qual deve ser seu público-alvo e, por vezes, garantindo tais projetos como meio para atingir determinados objetivos. São esses outros temas (violência, inclusão, drogadição, insegurança, pobreza, vulnerabilidade, risco, carência, entre outros), que, em algumas análises, expõem e dão por explicados certos mecanismos de causa e efeito a que determinadas parcelas da população estão vinculadas e, quando tomados dessa maneira, produzem explicações e interpretações universalizantes e universalizadas das práticas sociais.

Dentre os temas exemplificados, nos referimos, principalmente, ao da vulnerabilidade, que aparece de modo constante na formulação e justificativa desses editais e projetos, sendo que, via de regra, está vinculado a determinadas demandas por direitos sociais e individuais.

12 O fato de Michel Foucault ser ou não um historiador é discutido por diferentes autores, mas o que o próprio autor afirma é que, se ser historiador significa partir dos “universais tais como são dados e em ver como a história, ou os modula, ou os modifica, ou estabelece finalmente sua não-validade” (FOUCAULT, 2008a, p. 5); então, ele não se considera um historiador. O tomamos aqui por historiador no sentido que Paul Veyne (1982) desenvolve em *Como se escreve a história - Foucault revoluciona a história*.

13 Anunciamos, desta maneira, uma das delimitações do estudo, mesmo não sendo objetivo deste texto desenvolver sobre o que seria pontualmente o “projeto” de pesquisa. Assim, quando nos referimos aos projetos sociais como tema, não é de qualquer projeto social que se trata.

Trata-se, nesses casos, de uma situação de direitos “a menos” a que esses indivíduos – os vulneráveis ou vulnerabilizados – estão submetidos, ou seja, refere-se às demandas por direitos “a mais”, que esses projetos visam amenizar dentro de uma racionalidade liberal de governo. Abordamos desta maneira, porque entendemos que, no contexto brasileiro, não se pode pensar em “perda de direitos”; por exemplo, uma vez que grande parcela dos indivíduos desta “nação” não chegaram nunca a “possuí-los” ou deles usufruir. Quando assim colocado, a noção de vulnerabilidade apresenta-se de uma maneira autoexplicativa, que não carece de maiores complexificações. Parece que todos sabemos muito bem do que se trata e, desta maneira, torna-se muito fácil evocar esta noção para delimitar uma população-alvo quando se fala de projetos sociais. O mesmo se apresenta com relação à violência e à drogadição, por exemplo, quando estas são apontadas como fatores que constituem os indivíduos como em estado de vulnerabilidade ou risco, porque expostos a “ambientes”, “graus” ou “regiões” onde estas se manifestam. Daí que ser morador de determinado bairro da cidade pode valer como tomar esses indivíduos por vulneráveis.

Partindo de uma não satisfação relativa a essas formas de pensar, que classificamos como “fáceis”, problematizamos os projetos sociais naquilo que eles têm de estratégico e na maneira de tratar esses “universais”. Neste sentido, Foucault (2008a, p. 4-5), ao apresentar sua opção pela análise da prática governamental, afirmou que esta “é uma maneira de deixar de lado como objeto primeiro, primitivo, dado, certo número de noções, como, por exemplo, o soberano, a soberania, o povo, os súditos, o Estado, a sociedade civil” propondo, justamente, “partir dessa prática tal como ela se apresenta, mas ao mesmo tempo tal como ela é refletida e racionalizada, para ver, a partir daí, como pode efetivamente se constituir certo número de coisas, sobre o estatuto das quais será evidentemente necessário se interrogar, que são o Estado e a sociedade, o soberano e os súditos, etc.”

Não por uma analogia direta ou simplista, que seria desconsiderar as precauções que o próprio Foucault destaca, é que devemos ter ao tomar análises feitas por outros, sobre outros temas, em outros lugares e tempos, mas, por inspiração no seu estilo de análise, vislumbramos uma maneira diferente de pensar esses projetos sociais. Uma maneira, ou estilo, que consiste numa postura analítica de desconfiança sobre princípios explicativos universais. Destacamos, a seguir, algumas passagens em que Foucault explicita isto:

Em vez de partir dos universais para deles deduzir fenômenos concretos, ou antes, em vez de partir dos universais como grade de inteligibilidade obrigatória para um certo número de práticas concretas e, de certo modo, passar os universais pela grade dessas práticas (...) Parto da decisão, ao mesmo tempo teórica e metodológica, que consiste em dizer: suponhamos que os universais não existem; e formulo nesse

momento a questão à história e aos historiadores: como vocês podem escrever a história, se não admitem a priori que algo como o Estado, a sociedade, o soberano, os súditos existem? (...) Nada, portanto, de interrogar os universais utilizando como método crítico a história, mas partir da decisão da inexistência dos universais para indagar que história se pode fazer. (FOUCAULT, 2008a, p. 5-6)

Caberia, então, interrogar sobre a existência desta população de vulneráveis e, de forma desconfiada, formular a hipótese de que esses projetos sociais de que falamos constituem tal população, à medida que delimitam, em termos de população, indivíduos heterogêneos, singulares, que não facilmente poderiam ser colocados sob a denominação geral de vulneráveis. Isto remete para a segunda lição que tomamos de Foucault – sobre estratégias.

Foucault explicou esta noção em um texto¹⁴ específico e o fez no contexto das relações de poder, abordando o que denomina de relações estratégicas, nos seguintes termos:

A palavra estratégia é correntemente empregada em três sentidos. Primeiramente, para designar a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim; trata-se da racionalidade empregada para atingirmos um objetivo. Para designar a maneira pela qual um parceiro, num jogo dado, age em função daquilo que ele pensa dever ser a ação dos outros, e daquilo que ele acredita que os outros pensarão ser dele; em suma, a maneira pela qual tentamos ter uma vantagem sobre o outro. Enfim, para designar o conjunto dos procedimentos utilizados num confronto para privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo a renunciar à luta; trata-se, então, dos meios destinados a obter a vitória. (FOUCAULT, 1995, p. 247)

Se o filósofo coloca neste nível o que seriam as relações estratégicas, é para falar de ações sobre ações, de agir sobre a conduta do outro, dos outros e de si mesmo. Podendo-se dizer, assim, que as relações estratégicas dão-se dentro de práticas que, visando agir sobre as condutas, podem ser tomadas como estratégias de governo. É desta maneira que tomamos, então, os projetos sociais – como estratégias de governo. Não de um governo que somente parte do Estado ou que é dependente deste, mas um governo tomado a partir das práticas de governo.

Para este estudo, os projetos sociais são tomados como mecanismos estratégicos de governo. Mas de que maneira isto funciona? Ou seja, que características ou condições permitem ou tornam possível que se possa dizer isto acerca dos projetos sociais? A quem se refere o “social” dos projetos sociais? Como se segmenta uma população ou público sobre os quais estes projetos visam intervir? Como se constituem estratégias pedagógicas através destes projetos? Enfim, como se visa governar através dos projetos sociais esportivos? Se estas são perguntas que nos ocorrem, não quer dizer que nos dedicaremos a responder uma a uma, mas sim que servem para fabricar o problema.

14 O sujeito e o poder, apêndice em Dreyfus e Rabinow (1995).

Trataremos aqui de indicar de forma exemplar uma dessas maneiras de funcionamento que é a segmentação da população (dos vulneráveis) através desses projetos sociais. Talvez se possa falar da constituição de uma população a partir dos cadastros de indivíduos dispersos em ações programadas, intervenções projetadas, que são os projetos sociais. Considerando que os projetos são direcionados aos indivíduos posicionados em situação de vulnerabilidade social e que os critérios que possam ser aplicados na seleção dos indivíduos que serão “atendidos” por esses projetos são muitas vezes diferenciados¹⁵, temos uma população de vulneráveis constituída, identificada, cadastrada, sobre a qual as intervenções serão “aplicadas”. Essa nos parece a principal estratégia que opera nesses projetos ditos sociais e é isto que nos permite tomá-los em termos de governo, buscando agir sobre as condutas desses indivíduos, mas que visa também conhecê-los, uma vez que estão identificados, localizados. Esse conhecimento, ou inteligibilização das coisas a serem governadas, permite ainda uma atualização intensa e permanente das estratégias a serem utilizadas. Permite também uma identificação e atualização permanente em relação às “entradas táticas¹⁶ (FOUCAULT, 2008b), mas isto, para o alcance deste texto, não é possível explorar, porque corresponde a ampliar o escopo e tratar, por exemplo, dos modos como estes indivíduos podem não se submeter às intervenções estratégicas de governo que esses projetos pretendem colocar em operação.

Michel Foucault, principalmente nas aulas proferidas no *Collège de France*¹⁷ em que se dedica aos estudos das artes e racionalidades de governo, utiliza em diferentes passagens a

15 20 Alguns projetos têm, por exemplo, o objetivo de possibilitar o acesso de crianças e adolescentes de baixa renda a determinados “bens culturais” (como o acesso à prática de esportes) – nesse caso, o critério sócio- econômico pode prevalecer; outros têm por objetivo afastar esses indivíduos dos “riscos” da drogadição – nesse caso, o envolvimento com drogas ou a residência e circulação em locais “perigosos”, pode ser um critério importante; mas, na maioria dos projetos, esses critérios estão embaralhados, levando indivíduos heterogêneos do ponto de vista dos riscos a que estão submetidos a constituírem uma população muitas vezes tomada como homogênea – uma população de vulneráveis.

16 Em torno desta expressão, Foucault (2008b, p. 285) explica que conviria dizer: “toda transformação que modifica as relações de força entre comunidades ou grupos, todo conflito que os opõem em confronto ou que os faz rivalizar requer a utilização de táticas que permitem modificar as relações de poder e a introdução de elementos táticos que justificam ou fundam em racionalidade essas táticas.”

17 Publicadas no Brasil sob os títulos *Em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 1999), *Nascimento da biopolítica* (FOUCAULT, 2008a) e *Segurança, Território, População* (FOUCAULT, 2008b).

noção de paradoxo¹⁸ para operar a análise que se propõe. A maneira como o autor lida com as situações paradoxais que descreve é tomada por nós como uma terceira “lição de método” e um convite a, mais uma vez, devorá-lo. O trato da noção do paradoxo pelo autor coloca acento na simultaneidade de oposições, ao contrário do que seria operar com oposições dualistas autoexplicativas, nas quais são estabelecidos, em termos valorativos, o posicionamento positivo e o negativo dos sujeitos, das práticas e dos objetos em análise; ou de tratar de contraditórios a serem superados. No uso da figura de pensamento do paradoxo, o filósofo dá a entender que estes não são descritos para que sejam resolvidos; pelo contrário, os paradoxos constituem de determinada maneira aquilo em que estão implicados, estabelecendo situações ou estados paradoxais. Logo, pode ser esta uma atitude metodológica útil a um modo de pensar os PSE, uma vez que desde o início nos deparamos com o que denominamos “paradoxo da vulnerabilidade” hipoteticamente tratado neste texto. Esta elaboração, fez com que se atentasse para paradoxos em funcionamento nas propostas dos projetos sociais. Mas, ainda resta uma questão: por que paradoxos?

A esta pergunta respondemos da seguinte maneira: não se trata de colocá-los – os paradoxos – como princípio, muito menos de perseguir uma linha de paradoxos à qual estariam “condenadas” todas as práticas, mas identificá-los e descrevê-los quando estes aparecem no caminho da pesquisa. Não para respondê-los ou apontar-lhes soluções; não para resolvê-los, mas para reconhecer a sua força analítica. Não estabelecer de antemão condições paradoxais, mas pensar de modo contingente sobre o que pode ser e não ser ao mesmo tempo. Utilizar o paradoxo como figura de linguagem, mas radicalizando-a como figura de pensamento, como forma/maneira de pensamento sobre os acontecimentos para, reconhecendo-os, operar num sentido diferente do que somos levados a pensar quando aceitamos alguns dualismos antagônicos, algumas oposições binárias e alguns universais autoexplicativos, quase autoevidentes¹⁹.

18 Nos cursos do ano de 1976 - *Em defesa da sociedade* – Michel Foucault descreve como desde a época clássica as formas de poder têm se encarregado centralmente da vida. Na análise daquilo que ele denomina “racismo de estado” está exposto de modo paradoxal a maneira como se justifica a morte de uns para que outros vivam. Nesta equação, matar para viver é uma das formas de se exercer o direito da vida.

19 Hunt (2009) historiciza sobre o que hoje conhecemos como direitos humanos. Aborda-os em termos de os mesmos, terem sua invenção datada e muito deverem ao seu caráter autoevidente para terem se “disseminado” e serem “aceitos” por toda sociedade.

Abrimos, neste momento, parênteses na escrita, para demonstrar um modo de pensar em termos de paradoxo, sem que para isto “se caia” em contradição. Scott (2005) opera neste sentido quando discute os conceitos de igualdade e diferença, gênero, identidades individuais e de grupo. No artigo em que apresenta esta discussão, argumenta que “a questão da igualdade precisa ser entendida em termos de paradoxo” (p. 11). Parafrazeando Olympe de Gouges²⁰, a mesma autora explicita: “Venho até vocês hoje arriscando uma condenação penosa’, ‘como uma mulher que somente tem paradoxos a oferecer e não problemas fáceis de serem resolvidos’” (p.11-12). Mais adiante, no mesmo texto, Scott propõe:

Há várias definições do que seja um paradoxo. Na lógica, um paradoxo é uma proposição que não pode ser resolvida e que é falsa e verdadeira ao mesmo tempo. O exemplo clássico é a afirmação do mentiroso: “Eu estou mentindo”. Na Retórica (sic) e na Estética, paradoxo é um signo da capacidade de equilibrar, de forma complexa, pensamentos e sentimentos contrários, e, assim, a criatividade poética. O uso comum emprega “paradoxo” para designar uma opinião que desafia a ortodoxia prevalente, que é contrária a opiniões preconcebidas. De certa forma, meus paradoxos compartilham de todos esses significados, porque desafiam o que, para mim, parece ser uma tendência generalizada de polarizar o debate pela insistência de optar por isso ou aquilo. (SCOTT, 2005, p. 14)

Poderíamos, a partir disto, enumerar diferentes usos do paradoxo, mas destacamos, para fins analíticos, este que a autora acima aponta: diferenciar-se das operações polarizadas e polarizantes em que podemos ser levados a pensar, como descreve o poema de Cecília Meirelles²¹, e sempre ter que decidir entre “isto ou aquilo”. Isto se dá quando opomos, ao tratar dos projetos sociais, por exemplo, Estado e sociedade, governantes e governados, proponentes e indivíduos (população-alvo) e, desta maneira, deixamos de pensar o quanto as partes destas dualidades são produzidas por estes processos e pelo funcionamento desses projetos e não se estabilizam em posições “finais”.

É nesta direção que o pensamento em termos de relações estratégicas aponta. Estes movimentos que visamos operar, ao buscar por deslocamentos recíprocos entre estratégias e táticas nos projetos sociais, podemos chamar de “lições de método”, ou seja, decisões e mudanças de direção que o objeto PSE nos obrigou a fazer, quando manuseamos o *corpus* de análise (editais de projetos e os projetos em si mesmo). Modos de pensar, inspirados em Foucault, que procuram: fugir dos “universais” autoexplicativos (por exemplo, uma suposta necessidade de projetos sociais); ir ao encontro das estratégias que constituem determinadas

20 Escritora feminista que escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, em 1791, citada por Scott (2005).

21 Meirelles (2002).

práticas (a segmentação de uma população de vulneráveis sobre a qual os projetos sociais deverão atuar); e reconhecer que isto tudo pode estar implicado com contextos paradoxais de funcionamentos (simultaneamente, vulneráveis e vulnerabilização implicados no mesmo processo). Tudo isto, definiu os caminhos que a pesquisa deve seguir, à espera de outras “questões” para compor o próprio pensamento.

Referências

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In.: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso no Collège de France (1978- 1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GONÇALVES, M. A. R. **A vila olímpica da Verde-e-Rosa**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GUATARRI, Félix. Microfísica dos poderes e micropolítica dos desejos. In: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina Velascoe. **Foucault hoje?** Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

GUEDES, S. L. et al. Projetos sociais esportivos: notas de pesquisa. In: **ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA**, XII, 2006, Niterói. Anais... Rio de Janeiro: ANPUH, 2006. p. 92-92. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Simoni%20LGuedes,%20Julio%20Davies,%20Michelle%20ARodrigues%20e%20Rafael%20MSantos.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

HECKTHEUER, Luiz Felipe Alcantara; SILVA, Méri Rosane Santos da ; SILVA, Rose Méri Santos da. O esporte nos projetos sociais e a produção dos sujeitos vulneráveis. In: FRAGA, Alex Branco; MAZO, Janice Zarpelon; STIGGER, Marco Paulo; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos**. Porto Alegre: Gênese, 2009.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. **Educação & Realidade**, v.28, n.2, p. 101-115, 2003.

LARROSA, Jorge. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. In: **Educação & Realidade**, v. 29, n. 1, p. 27-44, 2004.

MEIRELES, Cecília. **Ou isto ou aquilo**. 6.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

MELO, Marcelo Paula de. **Esporte e juventude pobre**: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010.

POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault**: entrevistas. São Paulo: Graal, 2006.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. In: **Estudos Feministas**,v.13, n. 1, p. 11-30, 2005.

SILVA, Rose Méri Santos da. **O discurso da vulnerabilidade social e os processos de constituição dos sujeitos "asematizáveis"**. Rio Grande: Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, 152 f., 2008.

THOMASSIM, L. E. C.; STIGGER, M. P. Super-oferta de projetos sociais esportivos: superando as imagens públicas idealizadas sobre essas ações. In: **Seminário Nacional Política & Sociologia**, UFPR. Curitiba. Anais... Curitiba: UFPR, 2009. CD-Rom

THOMASSIM, Luis Eduardo Cunha. **O "público-alvo" nos bastidores da política: um estudo sobre o cotidiano de crianças e adolescentes que participam de projetos sociais esportivos**. 296 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano, Universidade Federal do rio Grande do Sul, 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. Na oficina de Foucault. In: KOHAN, Walter Omar; GONDRA, José. **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Teoria e método em Michel Foucault: (im)possibilidades.** In: Cadernos de Educação, n.34, p. 83-94, set/dez, 2009.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso.** São Paulo: Escuta; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.